

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 63ª REUNIÃO

6 Data: 05 e 06 de outubro de 2009.

7 Local: Sala S-01 do Ed. Marie Prendi Cruz, SEPN 505 (W3 Norte), Lote 2 – Brasília/DF.

9 PARTICIPANTES:

10

11 Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRHU: Rodrigo Speziali de Carvalho

12 (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)

13 Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Patrick T. Thomas (patrick@ana.gov.br)

14 Ministério da Agricultura: ausente

15 Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br)

16 Ministério das Minas e Energia: Gualter Carvalho Mendes (gualtermendes@mme.gov.br)

17 Ministério da Integração Nacional: Mariana Prado Franceschi de Andrade

18 (mariana.integracao@gmail.com)

19 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos PR/MT: Enéas S.Machado

20 (eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)

21 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos SP/RJ: Laura Stela Naliato Perez

22 (laurap@cetesbnet.sp.gov.br)

23 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ES/MG: ausente

24 Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luiz Fernando de Arruda

25 Gonçalves (luiz.goncalves@copel.com)

26 Usuário/Irrigantes: Jairo Santos Louza (jairolouza@yahoo.com.br)

27 Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:

28 Eduardo Schelaepfer Ribeiro Dantas (edudantasrj@hotmail.com)

29 Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson Azevedo Filho

30 (azefilho@hotmail.com)

31 Usuário/Indústria: Zeila C. Piotto (zeila.piotto@fiesp.org.br)

32 Comitês de Bacias Hidrográficas: Eduardo Lovo Paschoalotti (eduardopaschoalotti@gmail.com)

33 Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)

34 Organizações Não Governamentais-ONG: Ausente

35

36 DEMAIS PRESENTES:

37

38 Cristiano Orem de Andrade (cristiano.andrade@planejamento.gov.br)

39 Carlos César Rocha (carlos.rocha@planejamento.gov.br)

40 Sergio Razera (sergio@agua.org.br)

41 Bruno Alves Pereira (bruno.alves@patri.com.br)

42 Silvio Renato Siqueira (srsiqueira@sabesp.com.br)

43 Marcelo Eccard (marceloeccard@gmail.com)

44 Nathália Araújo (nathalia.araujo@elabore.com.br)

45 Elenice Roginski (elenice@sanepar.com.br)

46 Giordano Bruno B. De Carvalho (giordanobruno@ana.gov.br)

47 Edson Guaracy Lima Fujita (fujita@ceivap.org.br)

48 Archimedes Pereira da Silva Junior (archumedes.silva@edpbr.com.br)

49 Francisco Carlos Castro Lahos (francisco@agua.org.br)

50 Maria Aparecida B. P. Vargas (vargasma@terra.com.br)

Dalto Favero Brochi (dalto.favero@agua.org.br)
Alexandre Vilella (alexandre@agua.org.br)
Silvia Cristina Lobo Cavalcante Ferreira (silvia.cavalcante@mme.gov.br)
Carolino Augusto Cepeda (carolino.cepeda@mme.gov.br)
Renato Dalla Lana (renato@mme.gov.br)
Guilherme Silva de Godoi (guilherme.godoi@mme.gov.br)
Emiliano Ribeiro de Souza (emilianoribeiro@ana.gov.br)
Marcio Pina (marciom@aneel.gov.br)

RELATORIA:

Jefferson Alves Lopes – SRHU/MMA - Tel.: (61) 3105-2082
(jefferson.lopes@mme.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 - Abertura. No dia 5 de outubro do ano dois mil e nove, com início às 14h15, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH iniciou sua 63ª reunião em Brasília, tendo como presidente o Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho (MMA-SRHU). **Item 2 - Aprovação da Ata da 62ª Reunião da CTCOB.** A ata foi aprovada com alterações de digitação. **Item 3 - Análise da minuta de PL a ser elaborada pela ANA que trata da vinculação dos recursos da compensação financeira do setor elétrico aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos.** Após a apresentação da minuta de PL pelo sr. **Patrick Thomas (ANA)**, a Câmara Técnica aprovou os seguintes encaminhamentos: a) Transformar o PL em duas Medidas Provisórias – MP, sendo uma relacionada a Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – FERH com a vinculação de percentuais gradativos dos recursos da compensação financeira do setor elétrico e outra MP que trataria dos recursos decorrentes dos 0,75% do setor elétrico a título de pagamento pelo uso dos recursos hídricos. Estes valores, hoje parcialmente contingenciados, seriam migrados para a Fonte nº 116 como cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico. b) Criação de um grupo virtual-GV, coordenado pelo Sr. Giordano Bruno (ANA), cujo prazo de conclusão será dia 27/10, que deverá discutir e propor uma nova redação ao art. 2º da Minuta de PL, que será usada como um dos artigos da proposta de MP. Foi sugerido que a Lei nº 9.984, de 2000, fosse alterada e não a Lei nº 8.001, de 1990, como proposto na minuta de PL. O GV será composto pelos senhores: Sr. Jaildo Pereira (OTEP), Sr. Luiz Fernando Gonçalves (Concess), Sr. Eneas Machado (CERH PR/MT.) e Sra. Zeila Piotto (Ind.). As duas minutas de MP serão pautadas na próxima reunião da CTCOB. c) Caberá à Secretaria-Executiva do CNRH definir a forma ideal de encaminhamento da matéria à casa Civil, considerando as formas de deliberação previstas no regimento interno. **Item 4 - Análise dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos após tabulação dos questionários a ser feita pela ANA.** Após a apresentação do sr. **Giordano Bruno (ANA)**, verificou-se que um pequeno número de conselhos estaduais responderam o questionário, evidenciando ter sido insatisfatória a forma de consulta sobre os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – FERH através dos Conselhos Estaduais. Seguindo as discussões, a Câmara Técnica aprovou os encaminhamentos: a) Apresentar ao CNRH a sistematização elaborada pela ANA ressaltando todas as deficiências e, simultaneamente, a proposta de deliberação para o encaminhamento das MP's referentes ao descontingenciamento e vinculação dos recursos da compensação financeira dos Estados aos FERH. b) Repetir anualmente a pesquisa sobre os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos com o envio dos questionários para os órgãos gestores estaduais. c) Enviar os resultados da tabulação para alimentar o SIAPRE. **Item 5 - Forma de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança.** **Avaliação de fluxos financeiros de repasse dos recursos da cobrança, visando redução da**

101 burocracia. Apresentação PCJ, CEIVAP e ANA. Foi lembrado que esse tema foi considerado
102 como prioritário pelo plenário do CNRH, por isso pautado nessa reunião. O **sr. Francisco Lahós**
103 (**Agência PCJ**), na sua apresentação, informou que a criação de um banco de projetos, no
104 formato do plano plurianual, seria fundamental para agilizar a utilização dos recursos
105 disponibilizados pela cobrança. Para tanto, foram criadas na bacia PCJ grupos permanentes para
106 propor projetos e orientações para suas prestações de contas e sugeriu que estes grupos fossem
107 criados em prefeituras e compostos preferencialmente por funcionários do quadro. Propôs
108 discussões constantes sobre o assunto na CTCOB e via internet. O **sr. Sérgio Rasera (Agência**
109 **PCJ)**, mostrou na sua apresentação os fluxos existentes de tramitação dos recursos da cobrança.
110 Foi lembrado que na Agência PCJ tramitam recursos da cobrança federal, mas que no comitê são
111 aplicados recursos do FEHIDRO. Foi informado que o agente financeiro, Caixa Econômica
112 Federal - CEF, cobra 2,2% para a gestão e fiscalização dos recursos disponibilizados para um
113 total de 18 a 20 projetos por ano, mas que na bacia são liberados cerca de 60 projetos por ano.
114 Foram mencionados como pontos de estrangulamento, que tornam moroso o processo de
115 utilização dos recursos da cobrança: a fase onde o projeto tramita na CEF (análise, licitação,
116 liberação de parcelas e medições) e a auditoria que a ANA realiza para todo o processo, inclusive
117 para os projetos com recursos sendo liberados. O apresentador enfatizou que o processo deve ter
118 maior agilidade. O **sr. Edson Fujita (AGEVAP)**, na sua apresentação, enfatizou uma série de
119 fatores burocráticos que causam dificuldades operacionais à aplicação dos recursos da cobrança,
120 como os recursos disponíveis decorrentes dos 7,5% factíveis à manutenção da entidade
121 delegatária, sendo um valor insuficiente. Comentou sobre aspectos relacionados à gestão dos
122 recursos exigidos pela ANA que seriam mais restritivos que a Lei nº 8.666, de 1993. Foi
123 informado que o contrato de gestão também exigiria uma série de controles e informações que
124 burocratizam o processo. Também foi mencionada a morosidade do sistema quanto a
125 indefinições na legislação (recurso público ou privado, de transferência voluntária ou não) e a
126 estrutura municipal precária, que prejudica a aplicação desses recursos. O **sr. Patrick Thomas**
127 (**ANA**), em suas considerações, disse que o sistema seria novo, com cerca de 6 anos, e portanto
128 em implantação e em mudanças constantes e que seria fundamental entender que o instrumento
129 econômico da cobrança é uma ferramenta de gestão. Ainda foi mencionado que, pelo fato da
130 água ser um bem público, a receita decorrente seria uma receita pública e como tal deve, para a
131 sua utilização, tramitar de acordo com as legislações pertinentes. Como instrumento de controle
132 o contrato de gestão, também recente, seria utilizado como forma de repasse de recursos públicos
133 para entidade não pública. Para finalizar, informou sobre as negociações em trâmite entre a CEF
134 e as entidades delegatárias na tentativa de se assinar um novo contrato com menos exigências e
135 burocracia. Sugeriu como ações imediatas: Capacitação dos tomadores de recursos, rever normas
136 de compras da ANA, buscar novas formas de aplicação de recursos como prêmio tipo PRODES
137 e definir programas e subprogramas com orçamentos específicos. Após os debates foram estes os
138 encaminhamentos: a) Convidar técnico da ANA para abordar as questões inerentes aos contratos
139 de gestão. b) Pautar continuamente este tema como prioritário nas reuniões para
140 aprofundamentos e sugerir mudanças no processo de repasse dos recursos públicos decorrentes
141 da cobrança aos respectivos tomadores. c) Propor ao CNRH nortear prioridades dos recursos
142 decorrentes da cobrança condominial. Item 6 - A Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos em
143 PCH's. O assunto foi inicialmente apresentado pelo Procurador-Geral da Agência Nacional de
144 Águas – ANA, **sr. Emiliano Ribeiro**, que expôs uma divergência na interpretação do art. 28 da
145 Lei nº 9.984, de 2000 – que altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998 – no qual não esclarece se os
146 0,75%, acrescentado pela respectiva alteração, corresponde à compensação financeira (conforme
147 caput) ou cobrança pelo uso dos recursos hídricos (conforme § 2º do mesmo artigo). Propôs que
148 o referido artigo fosse desmembrado para melhor descrever os 0,75%. O mesmo posicionamento
149 foi defendido pelo Procurador-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, **sr.**
150 **Márcio Pina**, informando ainda que, expondo o entendimento da diretoria desta agência, a

151 ANEEL é a favor de se cobrar os 6,75% das PCH's, conforme o caput do art. 28 da Lei nº 9.984,
152 de 2000. A Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia – MME, representada pela
153 **sra. Sílvia Cristina Ferreira**, também apoiou o desmembramento do artigo 28 da Lei nº 9.984,
154 de 2000, esclarecendo, porém, que esta não é a decisão oficial daquele Ministério. Os três
155 representantes, bem como a Câmara Técnica, foram unânimes e apoiaram os seguintes
156 encaminhamentos: a) Propor a elaboração de uma minuta de Medida Provisória – MP que
157 alterasse o art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, para esclarecer que os 6,00% corresponde à
158 compensação financeira e os 0,75% corresponde ao pagamento pelo uso dos recursos hídricos
159 resultante da cobrança pelo setor elétrico. Essa minuta será elaborada pela ANA e encaminhada
160 para a ANEEL. A SRHU/MMA marcará reunião junto à Casa Civil/Presidência da República
161 para a apreciação desta minuta. Após a elaboração e apreciação, a minuta será discutida junto ao
162 MME. A cobrança a ser aplicada às PCH's será tratada posteriormente ao esclarecimento dessa
163 divergência e apreciação da minuta. A reunião foi encerrada às 16h00 pelo presidente da
164 CTCOB.

165

166 Ata aprovada na 64.^a Reunião da CTCOB, realizada nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2010 na
167 cidade de Brasília-DF.

168

169

170 **Rodrigo Speziali de Carvalho**
171 Presidente da CTCOB

Jefferson Alves Lopes
Relator da CTCOB